

Foto: Antônio Queirós/CMS

Vereadores aprovam empréstimo e reajuste de servidores

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador (CMS) aprovou um pedido de empréstimo da Prefeitura de Salvador junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) valor de até US\$ 120 milhões, que dá aproximadamente R\$ 596,4 milhões na cotação atual. A votação aconteceu ontem, no Plenário da Casa.

De acordo com o pedido, o montante será utilizado para a realização da terceira fase do Projeto Salvador Social, que visa conter problemas sociais da cidade. Além disso, o programa, tem como finalidade ampliar o acesso de comunidades carente à edu-

cação, saúde e assistência social.

O documento afirma ainda que a quantia também será usada para a ampliação da adequação da estrutura Casa Civil, "para atender necessidade temporária de execução, acompanhamento e conclusão das ações do Projeto Salvador Social".

Também foi votado o Projeto de Lei nº 60/2024, do Executivo Municipal, com a proposta de reajuste salarial para os servidores ativos e proventos dos inativos e pensionistas. Com isso, os professores da rede municipal de ensino serão contemplados com reajuste de 8%.

"A Câmara não poderia se furtar em apreciar com celeridade este projeto de votação do reajuste dos valorosos servidores de Salvador, incluindo os professores.

Agradeço também aos meus pares, que sabem da importância desses profissionais para a nossa sociedade", disse o presidente da Casa, o vereador Carlos Muniz (PSDB). A Casa votou ainda o projeto do Executivo Municipal que instituiu o Plano de Carreira e Remuneração dos Agentes de Trânsito (PLE-61/2024) e a apreciação da proposta de criação do Programa Dinheiro Direto na Escola Soteropolitana (PDDES), através do PLE-48/2024.

Na mensagem enviada à Câmara sobre a criação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito, que tramitou como Projeto de Lei Complementar nº 01/2024, o prefeito Bruno Reis relatou que os estudos para implantação do PCR iniciaram com o levantamento



A CÂMARA Municipal de Salvador aprovou um pedido de empréstimo da Prefeitura de Salvador junto ao Bird

das demandas e o equacionamento dos pleitos prioritários da categoria, a partir de uma proposta construída por seus integrantes. O projeto ganhou uma emenda.

Salários - Conforme o Projeto de Lei nº 60/2024, que versa sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ativos e dos proventos dos inativos e pensionistas, "os valores dos vencimentos dos

cargos de provimento efetivo da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal serão reajustados em 4%, a partir de 1º de maio de 2024".

Ainda segundo este projeto, os valores dos vencimentos dos cargos efetivos integrantes do Magistério Público, previstos na Lei nº 8.722, de 20 de dezembro de 2014, serão reajustados em 8%, também a partir de 1º de

maio. Liderados pelo vereador Sílvio Humberto (PSB), os parlamentares da bancada de oposição defenderam um reajuste linear de 8%. A emenda neste sentido foi rejeitada. A matéria, porém, foi aprovada com duas emendas modificativas. "Lamento que as outras categorias não vão ter um reajuste de 8%", destacou o vereador Augusto Vasconcelos (PCdoB).

NO ESTADO

Bruno destaca que Salvador gera 70% dos empregos

Foto: Betto Jr./SECOM/PMS



O PREFEITO Bruno Reis reiterou suas críticas à administração do governador da Bahia

MATEUS SOARES
REPÓRTER

Ontem (3), durante entrevista coletiva, o prefeito Bruno Reis (União) reiterou suas críticas à administração do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), no que diz respeito à segurança pública ao abordar os recentes casos de violência registrados em Salvador.

"Eles [o governo] estão há 18 no Estado. Não tem responsabilidade nenhuma? É tudo culpa da Prefeitura?", questionou Bruno. Em seguida, ele mencionou os números recentemente divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) no mês passado.

Esses dados revelam que a capital está novamente no topo do ranking de geração de empregos na região Norte e Nordeste.

"Vocês viram o Caged no mês passado? A Prefeitura de Salvador é responsável por 70% dos empregos do estado. Então não adianta a Prefeitura sozinho fazer a parte dela se tem um governo que joga tudo para baixo. A realidade é essa. Então, vamos dividir as responsabilidades em vez de ficar questionando quem está trabalhando para mudar essa realidade", acrescentou Bruno.

Ainda durante a entrega da urbanização das áreas livres sob os elevados das estações Hiper e Cidadela do BRT, na Avenida ACM, Bruno

também tratou 2024 ao mencionar que algumas lideranças políticas de Lauro de Freitas estão considerando a possibilidade de se juntar ao seu partido.

"É um fato, uma constatação, que não posso deixar de falar que há, por conta de uma comparação entre a gestão de Lauro de Freitas e a de Salvador. Há uma diferença gritante, que acaba estimulando as lideranças de Lauro de Freitas a migrarem para o União", revelou Bruno.

Indagado sobre a confirmação das pré-candidaturas em municípios fora da capital, Bruno Reis afirmou que há uma frente eleitoral conjunta em algumas cidades. "Em Candeias, já foi feito

um acordo com o prefeito Pitágoras e com a ex-prefeita Tonha Magalhães. Estaremos juntos com a candidatura a prefeito e vice-prefeita. Em Simões Filho, já foi apresentado o nosso candidato. Em Camaçari, já foi apresentado o nosso candidato. Em São Francisco do Conde, o nosso prefeito Calmon é candidato natural à reeleição pelo grande trabalho que ele realiza. Em Mata de São João também, o atual prefeito é candidato à reeleição", contou.

Ele celebrou o fato de a proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a desoneração dos municípios ter caducado no Senado. Para ele, isso foi algo positivo "sem sobra de dúvidas".

Após delação, Rui nega irregularidades na compra de respiradores

Assinado em abril de 2020, o contrato visava a compra de respiradores da China

MATEUS SOARES
REPÓRTER

Uma investigação da Polícia Federal (PF) descobriu sinais que ligam o ministro da Casa Civil do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Rui Costa (PT), a possíveis irregularidades em um contrato de compra de respiradores no valor de R\$ 48 milhões durante a pandemia da Covid-19, quando ele era governador da Bahia.

De acordo com uma reportagem do UOL, o ex-governador foi mencionado em uma delação premiada feita pela empresária responsável pela aquisição dos res-

piradores. A matéria indica que R\$ 10 milhões foram reembolsados aos cofres públicos, com a empresária apresentando extratos bancários de transferências para intermediários envolvidos na transação.

Assinado em abril de 2020, o contrato visava a compra de respiradores da China para abastecer os estados que faziam parte do Consórcio Nordeste, cuja presidência era ocupada na época pelo petista.

O ex-secretário da Casa Civil durante o governo Rui, Bruno Dauster, também mencionou o atual ministro em seu depoimento, alegando ter fechado o negócio por ordens dele. Atualmente, o

inquérito está em fase final na PF e tramita na Justiça Federal da Bahia.

Cristiana Taddeo, da Hempcare, fechou um acordo de delação em 2022 com a então vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo. Em troca de benefícios processuais, a empresária devolveu R\$ 10 milhões aos cofres públicos e admitiu uma série de irregularidades no negócio.

Na delação, ela mencionou que a contratação da Hempcare foi intermediada por um empresário baiano que se apresentou como amigo de Rui Costa e da então primeira-dama, Aline Peixoto, hoje, conselheira do Tribunal de Contas dos Mu-

nicípios do Estado da Bahia (TCM-BA).

A PF e o Ministério Público Federal estão investigando se as "comissões" mencionadas seriam propinas. Vale lembrar que uma operação de busca e apreensão foi realizada em abril de 2022 para aprofundar as investigações sobre o caso, tendo Bruno Dauster como um dos alvos.

A polícia também destacou o papel central de Cleber Isaac no esquema, apontando que ele era o amigo de Rui e Aline, citado por Cristiana. Isaac teria informado à então primeira-dama que a Hempcare poderia fornecer respiradores ao Consórcio Nordeste.



O MINISTRO e ex-governador da Bahia, Rui Costa, negou qualquer irregularidade na compra dos respiradores

Desembargador indicado por Lula vota pela cassação de Sergio Moro

PEPITA ORTEGA
AGÊNCIA ESTADO

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná retomou na tarde de ontem o julgamento que pode culminar na cassação do senador Sérgio Moro (União-PR), investigado por suposto abuso de poder econômico nas eleições de 2022.

O placar está em de 1x1: o relator, desembargador Luciano Carrasco Falavinha, votou contra a perda do mandato do ex-juiz da Operação Lava Jato, sob o entendimento de que 'não foi

provado abuso, caixa 2 e nem corrupção'; já o desembargador José Rodrigo Sade entendeu que houve 'patente abuso' no caso, com a 'quebra da isonomia do pleito, comprometendo sua lisura'.

Após Sade abrir divergência, a desembargadora Cláudia Cristina Cristofani pediu vista dos casos, suspendendo o julgamento. A análise será retomada na segunda, 8, com a expectativa de conclusão da averiguação do caso no mesmo dia. O caso ainda pode aportar no Tribunal Superior Eleitoral, em grau de recur-

so. O TRE estima que, em tal hipótese, os autos sejam remetidos à Corte superior em maio.

Recém-chegado à Corte eleitoral por indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Sade fez um paralelo entre futebol e o julgamento de Moro. Apontou que o TRE discute se o senador e seus suplentes teriam 'desrespeitado o fair play financeiro', o teto de gastos. Nessa analogia, a Corte estaria fazendo um 'VAR' do pleito: "o candidato venceu, sua torcida comemorou e estamos avaliando se o gol foi válido".

TSE assina acordo com PF e AGU para combater 'deepfakes'

JULIA CAMIM
AGÊNCIA ESTADO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) firmou acordos com a Polícia Federal (PF) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para que a partir de ontem os órgãos colaborem com o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia. A parceria é para fortalecer o combate às "deepfakes" e garantir o cumprimento das regras aprovadas pela Corte em fevereiro para as eleições municipais de 2024.

Inaugurado em março, o centro integrado busca promo-

ver a cooperação entre a Justiça Eleitoral, os órgãos públicos e as big techs responsáveis pelas plataformas de redes sociais para evitar a disseminação de fake news sobre o sistema eleitoral e de discursos de ódio, sejam eles de caráter nazista, fascista, antidemocrático, racista ou homofóbico.

Na sessão desta terça-feira, 2, Dia Internacional da Checagem de Fatos, o presidente do TSE e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, reforçou a importância do grupo e afirmou que o Tribunal trabalha para que os eleitores tenham aces-

so a dados verdadeiros e "a absoluta certeza de que a Justiça Eleitoral vai responsabilizar todos aqueles que desinformarem, que divulgarão notícias fraudulentas, com ou sem uso da inteligência artificial (IA), nesse período eleitoral".

A cooperação técnica tem como objetivo principal "fazer valer as resoluções" do TSE, disse Moraes. De acordo com o ministro, em caso de descumprimento das regras, "além da aplicação das sanções, inclusive pecuniárias, a AGU será imediatamente notificada para ingressar com ações judiciais necessárias".